

PROJETO PEDAGÓGICO

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*

PROMOÇÃO E PROTEÇÃO NACIONAL E INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Brasília-DF • 2025

PROJETO PEDAGÓGICO

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM PROMOÇÃO E PROTEÇÃO NACIONAL
E INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Brasília, DF
2025

PROJETO PEDAGÓGICO

PROMOÇÃO E PROTEÇÃO NACIONAL E INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Nome do curso

Promoção e Proteção Nacional e Internacional dos Direitos Humanos

1.2. Tipo de atividade

Pós-graduação *lato sensu*

1.3. Modalidade de oferta

Curso EaD – síncrono e assíncrono

1.4. Realização

Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU)

1.5. Responsável

1.5.1. Orientação pedagógica

Paulo Thadeu Gomes da Silva

Subprocurador-Geral da República. Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8945077319537329>

E-mail: ptsilva@mpf.mp.br

1.5.2. Responsável pelo suporte técnico do curso

Coordenação de Pesquisa e Pós-Graduação (COPOS)

copos@escola.mpu.p.br

1.6. Previsão de realização

O curso tem previsão para realização no período de março de 2025 a junho de 2026

1.7. Área do conhecimento

6.01.00.00-1 Direito

1.8. Ambiente de realização

Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) – Moodle para atividades a distância

1.9. Carga horária

Distribuição	Carga horária
Disciplinas (EaD)	360 horas-aula
Carga horária total do certificado	360 horas-aula
Elaboração do Trabalho de conclusão de curso	60 horas-aula

1.10. Perfil do/a discente e público-alvo

Membros/as e servidores/as efetivos/as do Ministério Público da União (MPU)

1.11. Vagas

Serão destinadas 50 (cinquenta) vagas para uma turma, conforme distribuição prevista no edital acadêmico.

2. JUSTIFICATIVA

A promoção e proteção dos direitos humanos é um dos objetivos dos Estados democráticos, com papel relevante a ser desempenhado pelas instituições do sistema de justiça. Essas ações de promoção e proteção dos direitos humanos adquirem complexidade crescente e, cada vez mais, percebe-se que os agentes públicos devem aprofundar seu conhecimento sobre conceitos e conteúdos na área, como também desenvolver a capacidade de articular suas atividades com outros atores, públicos e privados, nacionais, estrangeiros ou internacionais.

O Ministério Público brasileiro é instituição chave na defesa dos direitos humanos, tendo recebido essa função por decisão constitucional. Os/as membros/as e servidores/as do MP devem, portanto, sistematicamente estudar e pesquisar nessa área, para impulsionar a capacidade da instituição – e do próprio sistema de justiça – de dar melhores respostas às demandas impostas para a defesa dos direitos humanos. Para tanto, é indispensável que a ESMPU possa oferecer estudos avançados, em grau de pós-graduação, sobre aspectos específicos da teoria dos direitos humanos e da prática de sua defesa em âmbito nacional e internacional. Sobretudo, é preciso aprofundar o conhecimento sobre

como articular as iniciativas domésticas com outras no plano internacional, aproveitando o potencial dos sistemas regional e universal de proteção dos direitos humanos em harmonia com os marcos do direito interno.

Esses sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos nasceram na segunda metade do século XX, evoluindo ao longo das décadas até alcançar nos dias de hoje um grau sofisticado de normatização e institucionalização, com características próprias que os distinguem daquelas dos sistemas nacionais dos países. A par disso, no Brasil também se construiu um conjunto de iniciativas de proteção, as quais precisam ser articuladas entre si e manejadas em diálogo com o direito internacional dos direitos humanos.

É nesse contexto que se justifica a oferta do presente curso de especialização em nível de pós-graduação. Um curso vocacionado a membros/as e servidores/as do Ministério Público brasileiro no qual, além do estudo teórico dos direitos humanos e dos sistemas internacionais de proteção, analisar-se-ão as teorias e as práticas mais exitosas, assim como os principais desafios, no campo da responsabilidade por violações aos direitos humanos, reparação e prevenção dessas violações, litigância estratégica e incidência para a proteção e promoção de direitos humanos. Finalmente, a especialização desenvolverá com os/as alunos/as estratégias para impactar a implantação doméstica de políticas de direitos humanos, com ênfase em demandas das populações em maior estado de vulnerabilidade.

3. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

A Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) é uma instituição federal da Administração Direta, configurando-se como um ente de direito público de natureza jurídica autônoma, vinculada diretamente ao/a procurador/a-geral da República. Oficialmente instalada no ano de 2000, tem foro e sede na cidade de Brasília, Distrito Federal.

A Escola promove cursos de especialização, de aperfeiçoamento e atividades de extensão, em busca de intercâmbio de informações, saberes e conhecimentos com vistas à profissionalização de membros/as e servidores/as do MPU. A instituição desenvolve projetos de pesquisa científica propostos e conduzidos por membros/as e servidores/as que tenham como objetivo abrir canais de diálogo e melhorar a resposta do MPU à sociedade.

Para mais informações, acesse o nosso endereço eletrônico em www.escola.mpu.mp.br

3.1. Missão da ESMPU

Facilitar o contínuo aperfeiçoamento dos/as membros/as e servidores/as do Ministério Público da União, para uma atuação profissional eficaz.

4. OBJETIVOS DO CURSO

4.1. Objetivo geral

Promover conhecimento aprofundado sobre os sistemas de proteção e promoção dos direitos humanos no âmbito internacional (plano universal e regional) e sobre as ferramentas que podem e devem ser utilizadas para, em conjunto com os instrumentos domésticos disponíveis, facilitar a promoção e proteção de direitos humanos no Brasil.

4.2. Objetivos específicos

Aprofundar o estudo sobre a responsabilidade de atores não-estatais pela promoção e a proteção dos direitos humanos, assim como a reparação de violações, com ênfase no tema de direitos humanos e empresas. Analisar as formas de reparação de violações aos direitos humanos, à luz do direito internacional dos direitos humanos e do direito penal internacional.

Capacitar para o litígio estratégico em direitos humanos, com o manejo articulado de instrumentos internacionais e ferramentas domésticas. Aperfeiçoar as habilidades para tomar decisões diante de demandas internas de direitos fundamentais, com o emprego de estratégias abrangentes.

Articular a atividade de ensino em direitos humanos com projetos de pesquisa e o desenvolvimento de iniciativas de intervenção concreta na realidade brasileira, mediante atividades de extensão.

5. SELEÇÃO

5.1. Tipo de seleção

A seleção será realizada por meio de sistema eletrônico, pelo sistema de inscrição e seleção da ESMPU, conforme estabelecido no edital acadêmico.

5.2. Requisitos

Os requisitos para a participação estão relacionados no edital acadêmico do curso.

5.3. Matrícula

Os documentos para a matrícula estão relacionados no edital acadêmico do curso.

6. CONCEPÇÃO DO CURSO

O curso está concebido com 3 dimensões: uma teórica geral para abordar o sistema internacional de promoção e proteção dos direitos humanos, e o papel do direito penal internacional, com discussões teóricas sobre os efeitos das decisões judiciais e não judiciais de cortes, comissões, conselhos e órgãos de tratado em relação ao sistema doméstico de justiça.

Em segunda dimensão, a discussão de temas específicos e de intensa disputa teórica e política no plano dos direitos humanos, com as disciplinas sobre responsabilidade pela proteção de direitos humanos e sobre reparações. Finalmente, haverá abordagem sobre violações concretas aos direitos humanos no Brasil, com ênfase na situação de populações em situação de maior vulnerabilidade.

Haverá uma disciplina de metodologia para oferecer aos alunos/as ferramentas para realizar o trabalho de fim de curso, combinando a correção científica com a visão dos direitos humanos.

Finalmente, o curso contempla uma atividade complementar de visão prática sobre litigância estratégica e incidência política na promoção e proteção dos direitos humanos, v.g., clínica de direitos humanos.

7. METODOLOGIA DE ENSINO

7.1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

- **Aprendizagem baseada em problemas:** situações cotidianas da realidade profissional dos/as alunos/as com apresentação de problemas e desafios a serem debatidos no ambiente virtual de aprendizagem.
- **Leitura crítica:** análise e leitura de textos críticos práticos e dialógicos, com a finalidade de desenvolver a pluralidade de visão sobre o tema, a capacidade de análise, interpretação e comparação com a realidade institucional.
- **Estudo de caso:** casos reais sobre os temas debatidos com a finalidade de desenvolver proposições e trajetórias para o alcance das competências após a conclusão da pós-graduação.

8. RECURSOS DIDÁTICOS

- **Videoaulas:** ferramenta audiovisual difusora do conhecimento aplicado, de modo interativo e dinâmico, com finalidade prática, profissionalizante e voltado à realidade da organização.
- **Fóruns de discussão:** ambiente virtual com o intuito de dialogar e aprofundar o tema desenvolvido entre os/as alunos/as.
- **Material bibliográfico:** textos curados pelo/a docente EaD com o objetivo de apresentar procedimentos e conhecimentos voltados para a aplicação prática e profissional dos/as discentes.

- **Blocos de questões:** ferramenta de fixação da aprendizagem de todo o conhecimento discutido no ambiente virtual de aprendizagem.
- **Encontros síncronos:** será realizado 1 encontro síncrono por semana nas disciplinas do curso. O objetivo dos encontros é reforçar o conhecimento compartilhado entre os/as participantes, tratar de abordagens práticas e plantão de dúvidas aos discentes.

9. INTERDISCIPLINARIDADE

A ampla abordagem possibilitará ao discente a reflexão acerca de diferentes campos dos saberes, permitindo a superação da simples discussão instrumental dos conceitos e técnicas, viabilizando, assim, a desejada produção de conhecimentos voltados para a melhoria das práticas que envolvem a temática de promoção e proteção dos direitos humanos no plano nacional e internacional.

10. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Disciplinas	Carga horária (horas-aula)
Sistemas internacionais de proteção e promoção dos direitos humanos	60
Metodologia de pesquisa	60
Responsabilidade pela proteção dos direitos humanos. Estados e empresas	60
Direito Penal Internacional na proteção aos direitos humanos e ao direito humanitário	60
Direitos humanos dos grupos vulneráveis	60
Atualidades em direitos humanos	60
Total da carga horária do curso	360
Trabalho de conclusão de curso	60

11. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares serão definidas pelo/a docente de cada disciplina.

12. TECNOLOGIA EMPREGADA

O curso será realizado na plataforma de Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) Moodle. Nesta plataforma são utilizadas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), que consistem no conjunto de recursos tecnológicos integrados entre si com a finalidade de promover a comunicação e dinamizar o processo de ensino-aprendizagem.

Em cada disciplina, o/a discente terá ao seu alcance o estudo por meio de videoaulas, material bibliográfico com textos curados pelo/a docente EaD, fóruns de debate e questões para fixação da aprendizagem. O/a discente contará também com ambiente de aprendizagem democrático e participativo, propício ao diálogo e ao estabelecimento de vínculo com os/as participantes da atividade, de forma que estimule o desejo de aprender, possibilite desafios e oportunize o desenvolvimento da colaboração, da autonomia e do pensamento crítico.

13. SISTEMA DE AVALIAÇÃO

O processo avaliativo adotado pela ESMPU compreende:

13.1. Avaliação de reação

A avaliação de reação tem como objetivo mensurar a satisfação dos/as participantes com a atividade acadêmica em termos de planejamento, resultados, desempenho didático e suporte institucional.

13.2. Avaliação de impacto e suporte à transferência no trabalho

Esta avaliação é destinada a mensurar a influência da ação de capacitação na aplicação e desenvolvimento de competências do/a discente em seu ambiente de trabalho. É aplicada após o término do curso, observado o lapso de tempo definido em regulamento próprio, a fim de avaliar a contribuição da atividade acadêmica no desempenho individual pós-treinamento e do programa acadêmico nos níveis institucional e social.

14. AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM

14.1. Avaliação parcial de aprendizagem

A avaliação de aprendizagem mede a aquisição dos conhecimentos, habilidades e atitudes projetados para a atividade acadêmica. Essa avaliação realizada nos cursos da ESMPU considera os conceitos da avaliação formativa, de forma gradual e por disciplina, tendo em conta a aquisição de aprendizagem ao longo de todo o processo. O objetivo é permitir aos/as participantes do processo – discentes e docentes – o acompanhamento de seu desenvolvimento e a verificação dos aspectos que necessitam de maior investimento, oferecendo *feedback* contínuo e constante.

14.2. Avaliação final de aprendizagem

É realizada ao fim do processo de ensino-aprendizagem com o objetivo de verificar as competências adquiridas pelos/as discentes.

14.3. Requisitos para aprovação

Os/as participantes deverão cumprir os seguintes requisitos para fazerem jus ao certificado:

Aproveitamento nas disciplinas, com nota mínima 6,0 (seis) em cada disciplina e no trabalho de conclusão de curso, nos termos do regulamento. A instituição utiliza tanto a avaliação formativa quanto a somativa, garantindo que o aprendizado seja contínuo e abrangente.

- *Avaliação formativa*: consiste na atribuição de uma nota para o aluno de acordo com seu desempenho, levando em conta aspectos como a relação com os integrantes do grupo e com o/a docente; a participação nas atividades propostas (blocos de questões, fóruns, encontros síncronos); a capacidade de expressar-se de forma clara, objetiva e organizada; o uso de conhecimentos prévios; e a demonstração de interesse e habilidade na aprendizagem do conteúdo proposto.
- *Avaliação somativa*: envolve a avaliação da aprendizagem do aluno, bem como a aquisição de habilidades e desempenho acadêmico, realizada ao final de um período de ensino. Normalmente ocorre por meio de provas e exames, ao final de um curso ou programa, com o objetivo de medir o alcance dos objetivos educacionais estabelecidos.

A nota final em cada disciplina será estabelecida pela composição percentual das seguintes atividades:

- 20% – Bloco de questões (objetiva e/ou discursiva)
- 20% – Participação nos fóruns
- 20% – Participação nos encontros síncronos
- 40% – Prova final ou prova de recuperação realizada na plataforma

Importante: A prova de recuperação tem como função substituir apenas a prova final, sendo imprescindível que os alunos participem das demais atividades ao longo do curso para garantir o aproveitamento necessário e alcançar a nota mínima exigida.

Apresentação e aprovação do trabalho de conclusão de curso (TCC), de acordo com as menções a seguir:

- I – reprovado;
- II – aprovado;
- III – aprovado com distinção.

Atenção: é obrigatória a submissão do TCC a uma revista científica de classificação Qualis B4 ou superior e o encaminhamento do comprovante de envio à ESMPU. O/a discente deverá realizar as adaptações necessárias, de acordo com as regras editoriais da revista escolhida.

O Boletim Científico ESMPU possui classificação Qualis B4 e fluxo contínuo, permitindo que o/a discente submeta seu TCC a qualquer tempo. Mais informações em <https://escola.mpu.mp.br/publicacoescientificas/index.php/boletim/index>.

15. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O TCC será realizado consoante os resultados do conhecimento construído ao longo do curso, aliado à sua aplicação nos diversos campos de trabalho, com base nas reais necessidades enfrentadas no cotidiano funcional do/a membro/a ou servidor/a do MPU.

O TCC terá a forma de artigo científico, inédito, e atenderá à formatação de originais de publicação periódica estabelecida nas normas internas da ESMPU, no link <https://escola.mpu.mp.br/publicacoes/publicacoes/formatacao-textual>, e no Projeto Pedagógico do curso.

Não serão aceitas como TCC peças processuais, verdadeiras ou simuladas, nem artigo com fins exclusivamente de revisão bibliográfica.

A extensão do artigo científico será de, no mínimo, 15 (quinze) e, no máximo, 30 (trinta) laudas, com 2.100 (dois mil e cem) caracteres por lauda.

O TCC será realizado com temas vinculados às linhas de pesquisa aprovadas pelo/a orientador/a pedagógico/a do curso.

Os melhores TCCs escolhidos pelo/a orientador/a pedagógico/a poderão se transformar em seminário, para fins de divulgação, ou culminar na produção de uma pesquisa promovida pela ESMPU.

É exigida de cada discente a submissão do TCC a uma revista científica de classificação Qualis B4 ou superior.

16. CONTROLE DE FREQUÊNCIA

Será computada como frequência a participação nas atividades propostas em cada disciplina (fóruns, questionários, entre outros).

17. CERTIFICAÇÃO

Os certificados de conclusão do curso são emitidos pela ESMPU aos/às discentes que obtiverem aprovação de acordo com os requisitos deste projeto. Será conferido ao/à discente o certificado de Especialista, obedecendo às normas constantes na Resolução do Conselho Nacional de Educação n. 1, de 6 de abril de 2018, a qual estabelece a menção da área de conhecimento do curso e o acompanhamento do respectivo histórico escolar, do qual devem constar, obrigatoriamente:

I – ato legal de credenciamento da instituição, nos termos do artigo 2º desta resolução;

II – identificação do curso, período de realização, duração total, especificação da carga horária de cada atividade;

III – elenco do corpo docente que efetivamente ministrou o curso, com sua respectiva titulação.

O certificado será entregue no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de aprovação do TCC e do cumprimento de todas as exigências previstas no curso.

18. INDICADORES DE DESEMPENHO

Os trabalhos de conclusão do curso produzidos, versando sobre temas da área e elaborados com base em reflexões sobre a prática cotidiana do MPU, com o objetivo de apontar caminhos que conduzam a uma prática mais eficiente e eficaz, contribuirão para a modernização organizacional e produzirão reflexos diretos na forma de atuação da instituição na sociedade.

19. INFRAESTRUTURA FÍSICA E PEDAGÓGICA

A ESMPU utiliza a plataforma virtual de aprendizagem Moodle como principal meio de ensino-aprendizagem para as atividades a distância. São elaboradas, por meio dessa plataforma, as ferramentas específicas de interação do/a docente e dos/as alunos/as, tais como fóruns, chats e correio eletrônico. Ainda, para dar suporte ao processo de ensino-aprendizagem, a Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) concluiu, em 2019, a construção de sua nova sede, localizada no endereço SGAS 603, Avenida L2 Sul, em Brasília. No total, o edifício conta com cerca de 10 mil m² de área construída, distribuídos em cinco andares, permitindo a ampliação de oferta de atividades acadêmicas a membros/as e servidores/as do Ministério Público da União (MPU) e à sociedade civil.

O prédio conta com seis salas de aula; ambientes para setores administrativos, de pessoal e de apoio; dois auditórios (150 e 116 lugares); biblioteca; estúdio de gravação; estrutura de videoconferência; equipamento de ensino híbrido, que permite a mescla de salas de aula presenciais com salas EaD em tempo real; lanchonete com área de convivência; garagem; e jardins internos para aproveitamento de luz e ventilação natural. As áreas destinadas ao espaço acadêmico (salas de aula, auditórios, estúdio, laboratório de TI, biblioteca e sala da Comissão Própria de Avaliação) foram ampliadas em 82%, passando a ocupar 1.386,36 m² da sede. Isso permite receber um número maior de público, com mais qualidade e conforto.

O projeto arquitetônico buscou ainda uma identidade ecológica, preocupando-se com a redução no consumo de energia elétrica em iluminação e refrigeração do ar. A maioria dos ambientes recebe luz natural e, devido aos espaços abertos no interior do edifício, há circulação do ar nas áreas comuns.

Com instalações mais modernas, mais atividades acadêmicas são oferecidas. O estúdio de gravação, por exemplo, permite a produção de conteúdo audiovisual como videoaulas, deixando os cursos à distância mais interativos. Também há sistema de videoconferência e transmissão dos eventos realizados nos auditórios e salas de aula equipadas com câmeras inteligentes do ensino híbrido, via *streaming*.

A ESMPU conta ainda com equipes especializadas de docentes – coordenador/a de ensino de cada ramo do MPU, orientador/a pedagógico/a, conteudistas, tutores/as e instrutores/as –, além de equipe técnica que acompanha a transposição dos conteúdos para a linguagem mais dialógica, voltada para o ensino a distância.

20. QUADRO DOCENTE

Os/as docentes serão contratados/as pela Escola em regime horista, de acordo com a Portaria PGR/MPU n. 9, de 28 de janeiro de 2021, que regulamenta a retribuição financeira pelo exercício de atividade docente no âmbito da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU).

Segue abaixo a relação dos/as docentes, a última titulação, a disciplina a ser ministrada e o link para acesso ao Currículo Lattes.

É relevante destacar que as disciplinas não estão vinculadas aos/às docentes de forma rígida e absoluta, tendo em vista que estes/as poderão interagir entre si, inclusive na colaboração e no desenvolvimento dos assuntos relacionados que envolvam mais de uma disciplina dentro do programa.

DISCIPLINA 1: <i>Sistemas internacionais de proteção e promoção dos direitos humanos</i>
Docente responsável: Paula Ritzmann
Titulação acadêmica: Doutora em Direito Internacional
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/6742580278458464

DISCIPLINA 2: <i>Responsabilidade pela proteção de direitos humanos. Estados e empresas.</i>
Docente responsável: Luiz Eduardo Camargo Outeiro Hernandez
Titulação acadêmica: Doutor em Direito
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/6913781486162587

DISCIPLINA 3: <i>Direito Penal Internacional na proteção aos direitos humanos e ao direito humanitário</i>
Docente responsável: Flávio Leão Bastos
Titulação acadêmica: Doutor em Direito Político e Econômico
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/0429477617811762

DISCIPLINA 4: *Metodologia da pesquisa*

Docente responsável: Juliana Rodrigues Freitas

Titulação acadêmica: Doutora em Direito Público

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0679636700210902>

DISCIPLINA 5: *Direitos humanos dos grupos vulneráveis*

Docente responsável: Julio José Araujo Junior

Titulação acadêmica: Mestre em Direito Público

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2244172481620032>

DISCIPLINA 6: *Atualidades em direitos humanos*

Docente responsável: Gabriel de Carvalho Sampaio

Titulação acadêmica: Mestre em Direito das Relações Sociais

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8285062333332390>

ANEXO I - EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS

DISCIPLINA 1

Sistemas internacionais de proteção e promoção dos direitos humanos

Capacitador

Paula Ritzmann

Ementa

A internacionalização dos direitos humanos levou o Brasil a ratificar vários tratados que preveem obrigações específicas aos Estados na implementação desses direitos. Os sistemas internacionais de proteção e promoção de direitos humanos são responsáveis por avaliar o efetivo cumprimento, pelos Estados e seus órgãos internos, dessas obrigações internacionais. A disciplina foca no estudo teórico e prático dos sistemas globais e regionais de proteção de direitos humanos, expondo suas características, função e funcionamento, bem como os impactos que suas decisões geram para o Brasil no âmbito internacional e no âmbito interno.

Conteúdo programático

- Direito Internacional e proteção de direitos humanos
- Internacionalização e universalismo
- Fontes normativas e classificações
- Sistema global de promoção e proteção de direitos humanos (ONU)
- Fontes normativas
- Mecanismos políticos, quase judiciais e judiciais de proteção e promoção de direitos humanos
- Atuação e procedimento no Conselho de Direitos Humanos, do Alto Comissariado da ONU para Direitos Humanos, dos Comitês de monitoramento internacional, da Corte Internacional de Justiça e do Conselho de Segurança da ONU
- Sistema regional americano de proteção de direitos humanos
- Fontes normativas
- Atuação e procedimento na Organização dos Estados Americanos, da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e da Corte Interamericana de Direitos Humanos
- Sistema regional do Mercosul
- Fontes normativas
- Atuação e procedimento perante o Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul
- Efeitos e implementação de decisões internacionais sobre direitos humanos no Brasil

Bibliografia básica

ALENCAR, Antonio M. Cisneros de. Cooperação entre sistemas global e interamericano e de direitos humanos no âmbito do mecanismo de revisão periódica universal. **SUR: Revista Iinternacional de Ddireitos Hhumanos**, São Paulo, v. 7., n. 13, p. 177-191, dez. 2010. Disponível em: <https://tinyurl.com/4kynt5xy>. Acesso em: nov. 2024.

GAMA, Marina Faraco Lacerda; CARVALHO RAMOS, André. Controle de convencionalidade, teoria do duplo controle e o pacto nacional do judiciário pelos direitos humanos. **Revista Direitos Culturais**, - URI Santo Ângelo-, SP: v. 17,. n. 41, p. 283-297, maio. 2022. Disponível em: <https://tinyurl.com/39zpd47v>. Acesso em: nov. 2024.

PIOVESAN, Flávia. *Ius constitutionale commune* latino-americano em Direitos Humanos e o Sistema Interamericano: perspectivas e desafios, **Revista Direito E Práxis**, Rio de Janeiro: v. 8. n. 2, p. 1356-1388, jun. 2017. Disponível em: <https://tinyurl.com/3b8x26k5>. Acesso em: nov. 2024.

RAMOS, André de Carvalho. responsabilidade internacional do estado por violação de direitos humanos. **Revista CEJ de Brasília**, Brasília, v. 9. n. 29, p. 53-63, abr./jun. 2005. Disponível em: <https://tinyurl.com/57jfmj5k>. Acesso em: nov. 2024.

DISCIPLINA 2

Responsabilidade pela proteção de direitos humanos. Estados e empresas.

Capacitador

Luiz Eduardo Camargo Outeiro Hernandez

Ementa

A disciplina visa capacitar os/as discentes sobre as responsabilidades dos Estados e das empresas quanto à proteção dos direitos humanos e quanto à necessidade de reparação integral de graves violações de direitos humanos. Será realizada ainda análise dos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos das Nações Unidas (*UN Guiding Principles on Business and Human Rights*) a partir de uma análise crítica sobre a proteção dos direitos humanos e a responsabilidade das empresas. Por fim, objetiva-se compreender a relevância das normas *jus cogens* para o regime de responsabilização por violações dos direitos humanos.

Conteúdo programático

- Responsabilidade internacional dos Estados por graves violações dos direitos humanos. Exemplos: crime contra humanidade, meio ambiente (mudanças climáticas), novas tecnologias
- Regime jurídico da reparação integral (inclusive abrangendo as garantias de não repetição)
- A centralidade das vítimas
- Responsabilidade das empresas por graves violações dos direitos humanos

- Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos das Nações Unidas (*UN Guiding Principles on Business and Human Rights*)
- Crítica ao regime de *soft law* aplica às empresas
- Meio ambiente
- Novas tecnologias
- Normas *jus cogens* e sua aplicação ao regime de proteção dos direitos humanos aplicados às empresas nos casos de graves violações de direitos humanos e a necessidade de reparação integral

Bibliografia básica

HERNANDES, Luiz Eduardo Camargo Outeiro. Meio ambiente, empresas e direitos humanos no sistema das Nações Unidas: uma análise econômica da adoção de normas vinculantes sobre obrigações de direitos humanos das empresas. **Homa publica: Revista Internacional de Direitos Humanos e Empresas**, Juiz de Fora-MG, v. 3, n. 2, p. 44-57, dez. 2019.

PIOVESAN, Flavia. Direito internacional dos direitos humanos e Lei de Anistia: o caso brasileiro. **Revista da Anistia Política e Justiça de Transição**, Brasília, v. 1, n. 2, p. 176-189, jul./dez. 2009.

RAMOS, André de Carvalho. Responsabilidade internacional do Estado por violação de direitos humanos. **Revista CEJ**, Brasília, v. 9, n. 29, p. 53-63, abr./jun. 2005.

DISCIPLINA 3

Direito Penal Internacional na proteção aos direitos humanos e ao direito humanitário

Capacitador

Flávio Leão Bastos

Ementa

Estudo sobre os instrumentos do Direito Penal Internacional protetivos dos direitos humanos e do direito humanitário: origens; justificativas históricas, políticas e jurídicas. As vias evolutivas que conduzem ao vigente sistema penal internacional protetivo dos direitos humanos no plano global: de Nuremberg ao Tribunal Penal Internacional (TPI). O Tribunal Militar Internacional de Nuremberg (INMT). O Tribunal Militar de Nuremberg (NMT). Os Princípios de Nuremberg. O Tribunal Militar Internacional para o Extremo-Oriente (Tribunal de Tokyo). Os tribunais criminais internacionais *ad hoc* pós-guerra fria. Os tribunais criminais híbridos. Os crimes internacionais: crime de genocídio; crimes de guerra; crime contra a humanidade; e o crime de agressão. Organização e processamento do TPI. Estudo de

precedentes. O papel das vítimas no âmbito do TPI. O futuro do Direito Penal Internacional e a definição do ecocídio.

Conteúdo programático

- Fundamentos históricos e filosóficos dos direitos humanos
- Direito Natural e Direito Positivo
- A Escola Ibérica da Paz (Escola Peninsular da Paz)
- *Recta Ratio*
- A ideia de *jus cogens*
- Universalismo e relativismo cultural
- A internacionalização dos direitos humanos (A Carta Internacional dos Direitos Humanos)
- Sistemas internacionais de tutela de direitos humanos
- O sistema global de tutela dos direitos humanos
- O Direito de Genebra e o Direito Internacional dos Conflitos Armados (DICA)
- O surgimento da ideia de crime contra a humanidade
- As primeiras tentativas de realização de tribunais criminais internacionais
- O crime de genocídio
- Origens
- Raphael Lemkin e a proposição para os crimes de barbarismo e de vandalismo
- O termo “genocídio”
- A visão Lemkiana para o crime de genocídio
- A Resolução ONU n. 46/96
- A Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio das Nações Unidas, de 9.12.1948
- O Estatuto de Roma de 1998 e o crime de genocídio
- Crítica
- Visão sociológica e relacional do crime genocídio
- O debate em torno da proposição para tipificação do crime de ecocídio pelo Tribunal Penal Internacional
- O crime contra a humanidade
- Evolução
- Definição do Tribunal Militar Internacional de Nuremberg (INMT)
- A Convenção sobre a Imprescritibilidade dos Crimes de Guerra e dos Crimes contra a Humanidade, de 26 de novembro de 1968
- Os crimes contra a humanidade no Estatuto de Roma, de 1998
- Os Tribunais Criminais Internacionais

- Nuremberg e Tokyo
- Os tribunais *ad hoc*: Ruanda (ICTR) e ex-Iugoslávia (ICTY)
- O Direito de Roma: Tribunal Penal Internacional (TPI)
- Os tribunais híbridos: Serra-Leoa, Timor-Leste, Líbano e Camboja
- Estudo de precedentes
- O futuro do Direito Penal Internacional e a definição do ecocídio

Bibliografia básica

JANKOV, Fernanda Florentino Fernandez. **Direito internacional penal**: mecanismo de implementação do Tribunal Penal Internacional. São Paulo: Saraiva, 2009.

JAPIASSÚ, Carlos Eduardo Adriano. **Direito penal internacional**. São Paulo: Tirant Lo Blanch, 2020.

PEREIRA, Flávio de Leão Bastos. **Genocídio indígena no Brasil**: o desenvolvimento entre 1964 e 1985. Curitiba: Juruá, 2018.

STEINER, Sylvia Helena; PEREIRA, Flávio de Leão Bastos. Extermínio do povo Yanomami e repercussões no direito penal internacional. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, 3 fev. 2023. Disponível em: <https://tinyurl.com/3sn88vam>. Acesso em: 27 nov. 2024.

DISCIPLINA 4

Metodologia de pesquisa

Capacitador

Juliana Rodrigues Freitas

Ementa

Conteúdo conceitual e prático para a pesquisa científica, a partir de uma reflexão sobre as ferramentas metodológicas disponíveis, em diferentes áreas de conhecimento humano (com ênfase na pesquisa jurídica) e com análise de sua aplicabilidade ao campo dos direitos humanos. A matéria também tem como foco preparar os/as alunos/as para a elaboração do trabalho final de curso e contemplará as alternativas propostas no presente para o trabalho final de curso, que terá vertentes para o campo da pesquisa e da extensão.

Conteúdo programático

- Introdução à Metodologia: o conhecimento científico e sua construção
- Ciência moderna e pós-moderna
- A pesquisa nas ciências sociais e a pesquisa no campo jurídico
- O projeto de pesquisa e suas etapas

- O projeto de intervenção e a pesquisa-ação

Bibliografia básica

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson, 1999.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. 11. ed. São Paulo: Ática, 1999.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

DISCIPLINA 5

Direitos humanos dos grupos vulneráveis

Capacitador

Julio José Araujo Junior

Ementa

O curso pretende debater a realidade dos grupos vulneráveis no Brasil, com ênfase no Direito Constitucional e no Direito Internacional dos Direitos Humanos. Pretende-se não apenas entender as questões históricas que produziram hierarquias, inferiorização e opressões sobre esses grupos, mas também aplicar ferramentas jurídicas para afirmar direitos e reivindicar a autonomia e a emancipação desses grupos. Povos indígenas. População Negra. Povos e comunidades tradicionais. Questões de gênero e LGBTI+. Guerra às drogas e segurança pública, super encarceramento e direitos dos presos. Intolerância religiosa.

Conteúdo programático

- Desigualdade no Brasil: raça, gênero e classe
- Sistema interamericano e diálogo com a Constituição
- Projeto constitucional e enfrentamento das desigualdades
- Direito antidiscriminatório. Interpretação intercultural
- Racismo no Brasil e direitos da população negra
- Direitos dos povos e comunidades tradicionais
- Povos indígenas e quilombolas
- Gênero e direitos sexuais e reprodutivos

- Direitos da população LGBTI+
- Direitos dos presos
- Direitos das pessoas com deficiência

Bibliografia básica

RIOS, Roger Raupp. **Direito da antidiscriminação**: discriminação direta, indireta e ações afirmativas. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Racismo brasileiro**: uma história da formação do país. São Paulo: Todavia, 2022.

SARMENTO, Daniel. **Dignidade da pessoa humana**: conteúdo, trajetórias e metodologia. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

VIEIRA, Oscar Vilhena. A desigualdade e a subversão do estado de direito. *In*: SARMENTO, Daniel; IKAWA, Daniela; PIOVESAN, Flávia. **Igualdade, diferença e direitos humanos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008. p. 191-216.

DISCIPLINA 6

Atualidades em direitos humanos

Capacitador

Gabriel de Carvalho Sampaio

Ementa

Direito Constitucional dos Direitos Humanos. Conceitos e fundamentos. Direito Constitucional Antidiscriminatório. Conceitos e fundamentos. Efetividade dos direitos fundamentais. Mecanismos de efetivação. Litígio estratégico em direitos humanos. Conceito e fundamentos. Litígio estratégico em ações coletivas. Litígio estratégico perante o Supremo Tribunal Federal. A experiência internacional. Limites e possibilidades do litígio em matéria de direitos fundamentais. Estudo de casos.

Conteúdo programático

- Conceitos fundamentais: Direitos humanos no ordenamento constitucional
- A incorporação dos direitos humanos no Direito Constitucional brasileiro
- O status do Direito Internacional dos Direitos Humanos na ordem constitucional
- Referenciais normativos
- Direito Constitucional Antidiscriminatório
- Direitos humanos e Direito Antidiscriminatório

- Discriminação: conceito e fundamentos normativos
- Convenções internacionais sobre igualdade e combate à discriminação
- Efetivação dos direitos fundamentais e mecanismos de proteção
- Litígio estratégico em direitos humanos: conceito, possibilidades e limites
- Litígio estratégico perante o Supremo Tribunal Federal (STF)
- O STF como espaço de avanço de direitos fundamentais
- Litígio estratégico na experiência internacional
- Estudos de casos nacionais e internacionais
- Litigância climática e o papel do Direito Constitucional dos Direitos Humanos na emergência climática
- Defesa da democracia e a noção de democracia militante no contexto constitucional contemporâneo

Bibliografia básica

GOMES, Juliana Cesario Alvim. Nas encruzilhadas: limites e possibilidades do uso do litígio estratégico para o avanço dos direitos humanos e para a transformação social. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 389-423, jan. 2019.

OSORIO, Leticia Marques. Litígio estratégico em direitos humanos: desafios e oportunidades para organizações litigantes. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 571-592, jan. 2019.

SERAFIM, Matheus Casimiro Gomes. **Processo estrutural democrático**: participação, publicidade e justificação. 2023. 357 f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.